



## I — DEMOCRACIA VERSUS COMUNISMO

Ao fazermos um orçamento ou um plano de despesa para a utilização de determinada quantia, estamos, automaticamente, fazendo uso de certo conhecimento sobre planejamento econômico individual. Na maioria dos países, entre os quais o Brasil, os fazendeiros e os homens de negócios da mesma forma que as grandes empresas, planejam suas atividades econômicas. O Governo Federal, em geral, tem pouca interferência nos planos das entidades privadas e, cada ano apresenta ao Congresso um orçamento a fim de obter a receita necessária ao cumprimento de suas obrigações constitucionais. Na hipótese dos congressistas não aprovarem qualquer parte do orçamento presidencial, o Congresso pode recusar-se a conceder a verba correspondente.

O Governo do Brasil, com algumas exceções, pouco interfere com a iniciativa privada, trate ela de grandes ou pequenos negócios. Entretanto, nos países dominados pelo Comunismo, o Governo controla quase todos os negócios do país, assim como, também, o comércio exterior. Todas as atividades agrícolas, de mineração, de transportes e mesmo o comércio são administrados pelo Governo, a quem compete estabelecer salários e preços.

É, também, o governo que determina a natureza e a quantidade dos alimentos e artigos que podem ser consumidos pelo povo.

Neste artigo, o leitor encontrará respostas às seguintes perguntas:

- Qual a base do planejamento econômico comunista?
- Como é executado esse planejamento na URSS?
- O sistema econômico comunista beneficia o povo?

## 8ª PARTE — A VIDA ECONÔMICA E O CONTRÔLE COMUNISTA

### A — A PROPRIEDADE ESTATAL DE TODOS OS MEIOS DE PRODUÇÃO

#### 1 — O domínio comunista

Lenine, logo após subir ao poder com a Revolução Bolchevista de 1917, fez com que o Comitê Executivo Central "nacionalizasse" — pusesse sob controle do governo todas as fábricas, minas, estradas de ferro, casas de negócio e até a própria terra. Ao mesmo tempo, incitou os camponeses a se apossarem das terras e a dividi-las entre si, o que foi feito prontamente pela quase totalidade dos camponeses, sempre ávidos de possuírem o seu pedaço de terra. Pouco mais tarde, esses mesmos camponeses viram-se obrigados a entregar ao governo comunista as suas colheitas, resultado de grandes trabalhos e muito suor no amanho das terras de que se haviam apossado. Nessa época, não sabiam eles, ainda que dentro de poucos anos seriam forçados, pelo Partido Comunista, a entregar essas terras às fazendas coletivas.

O governo comunista, uma vez dominados todos os meios de produção e distribuição dos bens indispensáveis à vida, procurou então dirigir as fábricas, as minas, as ferrovias e as casas de negócios de todo o país, mas não foi bem sucedido.

Em 1921, defrontando-se com a falta de alimentos e com um colapso do sistema governamental de controle do comércio e da indústria, Lenine resolveu mudar a norma comunista adotada até então. Desistiu do completo controle estatal e introduziu sua "Nova Política Econômica" (NPE), de acordo com a qual os camponeses, ao invés de entregarem regularmente ao governo a maior parte de suas colheitas e rebanhos, passavam a pagar seus impostos em cereais e em carne; os pequenos comerciantes ficavam autorizados a comprar e vender alimentos, roupas e alguns outros artigos.

O retorno parcial de Lenine a um sistema de iniciativa privada foi suspenso por Stalin em 1928, sendo os camponeses novamente obrigados a entregar suas colheitas ao Estado e, ainda mais, a abandonar suas propriedades a fim de trabalharem nas fazendas coletivas. Aquêles que resistiram a essa decisão foram mortos ou enviados para campos de trabalho escravo. Os pequenos comerciantes foram também mortos ou lançados em campos correccionais. Um novo sistema de produção nacional foi estabelecido, tanto no setor industrial como na agricultura, passando a denominar-se de "Plano Quinquenal".

#### 2 — Controle estatal da economia soviética

Em países como o nosso, em que existe a livre iniciativa, as fábricas, minas e ferrovias são dirigidas por pessoas escolhidas por seus respectivos proprietários ou pelos acionistas das empresas. O debate coletivo, isto é, o direito dos trabalhadores se organizarem a fim de discutirem

com os patrões os problemas de salários e de condições de trabalho é integralmente reconhecido e, por vêzes, empregados e empregadores chegam a um acôrdo ou estabelecem um contrato referente a salários, horas e condições de trabalho, além de outros benefícios especiais. As uniões ou sindicatos trabalhistas são independentes tanto do govêrno como dos empregadores.

Os comunistas, entretanto, acabaram com os sindicatos trabalhistas independentes e, nos negócios, os administradores particulares foram substituídos por representantes do govêrno. Assim, cada fábrica, loja ou mina da União Soviética passou a ser dirigida por um diretor que recebe ordens diretamente de Moscou. O contrôle da indústria foi centralizado num Ministério que é controlado pelo Conselho de Ministros, o qual, por sua vez, obedece ao Presidium do Partido Comunista.

Essa cadeia de comando comunista da vida econômica é ainda mais complicada mediante um contrôle duplo. O gerente de uma fábrica, ou de qualquer outra instalação, é vigiado e, muitas vêzes, até dirigido por agentes do Partido. Esses agentes informam e recebem instruções dos Comitês Distritais ou das Cidades, os quais, a seu turno, estão subordinados aos órgãos regionais e administrativos, os Comitês Oblast; êstes últimos são controlados pelo Comitê Central da União das Repúblicas, acima, do qual encontra-se ainda o Comitê Central Geral, que obedece ao Presidium do Partido em Moscou.

Essa imensa centralização de poder é parte do sistema de contrôle governamental soviético de tôda as atividades industriais, comerciais, trabalhistas, agrícolas e de transportes do país. Sob tal sistema não há lugar para um govêrno autônomo ou para a livre iniciativa; há, realmente, quase que completa concentração do poder econômico e político na cúpula do Partido, ou seja, no Presidium do Partido Comunista.

### 3 — Extinção dos fazendeiros independentes

Foi bastante fácil para os bolchevistas dominar os sindicatos trabalhistas, apossar-se das fábricas e ferrovias e obrigar êsses órgãos de produção e de transporte a aceitar a direção do govêrno. Os camponeses, entretanto, foram mais difíceis de dominar. Em 1928, Stalin deu início à mudança do sistema então vigente, fazendo com que a produção agrícola dos camponeses independentes fôsse substituída pela produção estatal em largá escala. De acôrdo com êsse plano, todos os camponeses eram obrigados a trabalhar em fazendas do estado — as "sovkhozy" — ou em fazendas coletivas chamadas "kolkhozy". Os "kulaks", fazendeiros ricos ou proprietários de fazendas, de um cavalo, uma vaca e de alguns outros animais, resistiram tenazmente aos esforços comunistas para apossar-se de suas terras e de seu gado. Muitos foram a ponto de sacrificar o gado, escondendo a carne e o couro dos agentes comunistas. Nos quatro anos seguintes, vários milhões de camponeses que resistiram foram mortos ou enviados para campos de trabalho escravo.

Em 1940, a coletivização das fazendas estava praticamente terminada. Esse sistema havia transformado um país de 26 milhões de peque-

nas fazendas num outro de produção agrícola em larga escala. As antigas fazendas dos camponeses tinham em média 15 acres de terra arável, enquanto cada "kolkhozy" possuía cerca de 1.215 acres trabalhados por 180 famílias.

Em 1950, o Partido Comunista deu início a um movimento para reunir as fazendas coletivas de modo a formar unidades ainda maiores; dessa forma, por volta de 1956, as 235.000 fazendas coletivas existentes na União Soviética em 1940 haviam sido reunidas em apenas 85.700 grandes fazendas coletivas. Cada uma dessas fazendas possuía 4.196 acres de terra arável onde trabalhavam 230 famílias.

#### 4 — Contrôlo estatal das fazendas coletivas

Cada fazenda coletiva, segundo os comunistas, é uma pequena "democracia". A terra pertence ao governo, mas cada fazenda coletiva é dirigida por um chefe e por uma junta de auxiliares que são "eleitos" por todos os fazendeiros membros do "kolkhoz". Essas eleições são, entretanto, controladas pelos agentes do Partido Comunista local e o chefe e os membros da junta são completamente dominados pelo Partido e pelos representantes do soviete local. Segundo W.W. Kulski:

"A carreira do chefe de uma fazenda coletiva depende de relações amistosas com os representantes locais do Partido Comunista. Não é de admirar que êle se esforce por permanecer em suas graças, por vêzes às custas da fazenda coletiva."

Merle Fainsod, também especialista em assuntos da União Soviética, escreve que:

"As publicações oficiais soviéticas exaltam a força (dos "kolkhozy") como um indício do surpreendente desenvolvimento da "democracia kolkhoz", a qual na realidade não existe. O chefe é "eleito" pelo kolkhoz, mas a assembléia geral não tem outra alternativa do que ratificar um candidato que é designado ou aprovado pelo Partido Distrital e pelas autoridades governamentais. Frequentemente, o chefe é um estranho sem qualquer ligação com o "kolkhoz" que o "elege". A junta de auxiliares, "eleita" pela assembléia geral do kolkhoz, normalmente não é mais do que uma relação de candidatos indicados pelo chefe do kolkhoz... Essa junta, geralmente, consiste do chefe, de um vice-chefe, dos capatazes e de um ou dois trabalhadores doutrinados pelo Partido cuja presença proporciona um toque de "democracia kolkhoz". O poder fica realmente com o chefe e os principais administradores de "kolkhozy" recrutados para auxiliá-lo."

O chefe de uma fazenda coletiva, da mesma forma que um diretor de fábrica, encontra-se numa verdadeira teia de centralização. Os agentes do Partido nas fazendas coletivas recebem ordens do Comitê Raion local; êste é subordinado ao Comitê Oblast e assim sucessivamente até o Presidium do Partido em Moscou, órgão que realmente dirige a produção agrícola do país.

## 5 — Contrôlê estatal da maquinaaria agrícola

O Govêrno tem um poderoso meio de contrôlê sôbre tôdas as 85.700 fazendas coletivas. Até 1958, nenhuma fazenda era dona das máquinas utilizadas no trabalho do campo; tôdas pertenciam ao Govêrno que as conservava em 7.760 Estações de Maquinaaria e as alugava às fazendas coletivas em condições desfavoráveis aos trabalhadores. Em 1958, Krushchôve decidiu que aquêlê sistema era ineficiente e prejudicava seu programa de expansão da produção agrícola. Resolveu, então, que as fazendas coletivas poderiam adquirir suas próprias máquinas às Estações de Maquinaaria, o que lhes possibilitava conservar o contrôlê sôbre os fazendeiros.

## 6 — O Govêrno e a produção agrícola

O Govêrno de Moscou tem prioridade sôbre a produção de cada fazenda coletiva e recebe a maior parte de sua colheita e de seu gado a baixo preço. As fazendas têm ainda de pagar em espécie pela utilização dos tratores, arados e demais máquinas agrícolas fornecidas pelas Estações de Maquinaaria. Os produtos restantes podem ser vendidos ao Govêrno ou no mercado livre mediante o pagamento do impôsto còrrespondente. O salário dos trabalhadores das fazendas coletivas é pago com o dinheiro obtido nessas vendas, além de também receberem uma parte dos produtos que permanecem em poder das fazendas.

A princípio, cada família de uma fazenda coletiva podia cultivar uma pequena horta e ter também uma vaca, um porco e algumas galinhas.

Grande parte dos alimentos dos camponeses provinha dessas hortas e o que restava era ainda vendido aos outros. Em 1956, entretanto, êsse sistema foi mudado por uma ordem de Krushchôve proibindo o cultivo daquelas hortas, o que muito magoou os camponeses. Posteriormente, teve lugar o programa governamental de aumento da produção agrícola e ficou logo claro que os camponeses necessitavam de incentivo para produzir mais. Em vista disso Krushchôve permitiu novamente o cultivo das hortas individuais e a venda de seus produtos no mercado livre.

Os trabalhadores das fazendas coletivas são organizados em brigadas de trabalho nos campos, nas instalações das fazendas e na construção de estradas. São chefiados por um capataz ou chefe de turma, a quem cabe atribuir tarefas ou multar aquêles que violem a disciplina de trabalho.

## 7 — O Govêrno e as fazendas do Estado

Além das fazendas coletivas há, ainda, as "sovkhoz", ou fazendas do estado, que são unidades agrícolas dirigidas pelo Govêrno soviético. Essas fazendas são com freqüência chamadas de "fábricas do campo"; seu pessoal é contratado e seus dirigentes subordinam-se ao Ministério das Fazendas do Estado. Em 1956 havia 4.700 dessas fazendas que respondiam por 15% do total da produção agrícola da União Soviética.

## B — OS PLANOS QÜINQÜENAIIS

### 1 — Os planos qüinqüenais e a economia soviética

Os comunistas acreditam sinceramente no que chamam de "planejamento econômico". Tanto Lenine como Stalin eram de opinião que, através de programas "científicos" de produção, o governo comunista poderia eliminar os períodos alternados de prosperidade e depressão existentes nos países capitalistas. Lenine não viveu bastante para dar início ao planejamento sistemático da produção e de sua distribuição pelo país.

Coube a Stalin iniciar essa gigantesca experiência em 1928 com o primeiro de vários Planos Qüinqüenais. Todos êsses planos eram feitos e aprovados pelo Partido e os representantes governamentais, em todo o país, eram obrigados a dar-lhes a máxima atenção. Até hoje, já houve um total de seis Planos Qüinqüenais. O segundo começou em 1932, o terceiro em 1938, o quarto em 1941, o quinto em 1951 e o último em 1956. A realização do quarto Plano Qüinqüenal foi prejudicada pela invasão nazista em 1941.

Cada Plano Qüinqüenal é elaborado pela Comissão Nacional de Planejamento, aprovado pelo Presidium do Partido e submetido ao Congresso do Partido, onde certamente é unânimemente aprovado, como o são tôdas as propostas do Presidium. Diretrizes aprovadas pelo Presidium são então distribuídas ao Comitê Central da União e ao Conselho de Ministros, tendo em vista estimular a execução do novo Planejamento Qüinqüenal.

### 2 — A meticulosidade dos planos

Todo Plano Qüinqüenal estabelece objetivos de produção para todos o sistema econômico, incluindo mineração, fabricação, agricultura, pesca, transportes e distribuição de alimentos aos 200 milhões de habitantes do vasto território da União Soviética. Cada plano especifica a proporção entre os meios de produção e os bens de consumo, ou melhor, estabelece o esforço necessário para a produção de equipamento bélico, novas fábricas, usinas hidrelétricas, estradas de ferro, rodovias e canais, da mesma forma que determina o esforço a ser utilizado na produção de alimentos, casas, roupas e artigos de luxo, tais como fumo, chá e cosméticos. O Plano Qüinqüenal compreende ainda verbas para pesquisa, escolas, bibliotecas, hospitais e seguro social.

Como o efeito do Plano Qüinqüenal atinge a tôdas as fábricas, lojas, minas e fazendas coletivas, os diretores dessas unidades de produção recebem ordens precisas sobre os artigos a produzir anualmente. O diretor de uma fábrica de sapatos, por exemplo, é informado sobre a quantidade e tipos de sapatos a fabricar em cada ano do Plano; também lhe dizem quantos couros de boi, máquinas, litros de ácido tânico e outras matérias-primas sua fábrica receberá; informam-no ainda sobre os salários e as condições de trabalho a manter e até sobre as gratificações que poderá conceder a seus trabalhadores. Os agentes do Partido têm escritórios

na fábrica e pressionam os diretores a satisfazer seus objetivos e informam sobre os seus erros e fracassos.

Os chefes de fazendas coletivas recebem, da mesma forma, instruções sobre o que plantar, que animais criar e as respectivas quantidades. Recebem um calendário para a entrega de cereais, algodão, vegetais, que devem colher na época da safra. São informados sobre as quantidades de sementes e fertilizantes que podem esperar dos órgãos do governo e (antes da mudança do sistema em 1958) diziam-lhe também as máquinas que poderiam alugar às Estações de Maquinaria. Os agentes do Partido acham-se também presentes nas fazendas coletivas a fim de estimular os chefes preguiçosos a desenvolver maiores esforços. Da mesma forma, relatam qualquer furto, incompetência ou falta ao trabalho.

### 3 — O sucesso dos Planos Quinquenais

Em 1932, Stalin vangloriava-se de que o primeiro Plano Quinquenal havia sido realizado em quatro anos e que a União Soviética já estava em condições de iniciar o segundo. O Politburo, tendo em vista ocultar os fatos, usava artifícios para anunciar publicamente os objetivos dos Planos Quinquenais, assim como também os resultados desses planos. As metas estabelecidas e as quantidades realmente produzidas não eram fornecidas em números verdadeiros, mas sim em porcentagens baseadas na produção de 1927. Como a União Soviética, desde 1917, não tornava público os dados estatísticos referentes à produção, os países estrangeiros não dispunham de meios para conhecer exatamente a produção daquele país. Mesmo as mais acuradas estimativas feitas por estrangeiros, tomando por base os dados estatísticos de produção da Rússia Czarista, não passavam de palpites. É crença geral de que o Governo soviético altera suas estatísticas com finalidades de propaganda.

### 4 — O aumento da produção industrial

Todos os demais Planos Quinquenais, de um modo geral, atingiram também os seus objetivos. É fora de dúvida que o planejamento econômico e a vasta maquinaria de controle governamental contribuíram para aumentar enormemente a produção industrial da Rússia soviética. Nos países modernos, o principal índice de produção industrial é o aço; isto é, pode-se, geralmente, ter uma idéia dos resultados obtidos pelas fábricas, estradas de ferro e outras indústrias através da quantidade de aço produzida. Na Rússia Czarista, em princípios do Século XIX, a produção de aço era da ordem de 4,2 milhões de toneladas métricas anuais, essa produção caiu para cerca de 200 mil toneladas durante a guerra civil de 1920, entre russos brancos e comunistas. Em 1929, a Rússia comunista produziu 5 milhões de toneladas de aço, ultrapassando a produção do tempo do Czar. Em 1949, a produção de aço chegou a 23,3 milhões de toneladas e, em 1956, pulou para 48,6 milhões. A produção dos Estados Unidos em comparação, foi de 57,3 milhões de toneladas em 1929, 70,7 milhões em 1949 e 104 milhões em 1956.

A Rússia Soviética tem obtido progressos consideráveis nos setores de construção ferroviária de canais, fábricas e de usinas hidrelétricas, atômicas e siderúrgicas. A quantidade de fazendas tem aumentado assim como o número de casas populares, escolas e hospitais, muito embora o problema da habitação ainda não esteja resolvido.

## 5 — A diminuição da produção agrícola

Embora pareça estranho, o ponto fraco da economia soviética tem sido a agricultura, pois nenhuma das metas de todos os Planos Quinquenais tem sido atingida. Em consequência, a escassez de alimentos tem feito subir o preço da carne e do pão, o que obriga o trabalhador russo a gastar mais em alimentos do que os seus congêneres dos países democratas. A Rússia, até hoje, não se recuperou da crise de 1928 quando os "kulaks" preferiram abater seu gado a serem forçados a entregar suas terras ao Estado e a integrar as fazendas coletivas.

Em 1953, essa deficiência no setor agrícola levou o Presidium do Partido a entregar a supervisão geral da agricultura a Nikita Krushchov. A necessidade de introduzir os novos métodos agrícolas do Oeste, assim como o desejo de aumentar o comércio entre o Leste e o Oeste, levou o Presidium do Partido, em 1955, a alterar sua política de isolamento atrás da Cortina de Ferro. No verão desse ano, grupos de fazendeiros americanos e canadenses foram convidados a visitar algumas fazendas soviéticas, enquanto grupos de técnicos russos excursionavam pelos Estados Unidos e Canadá estudando os processos ocidentais de agricultura.

Este intercâmbio chegou a ser considerado como prova de boa vontade pelos americanos, mas a verdade era outra; essas visitas foram aprovadas pelo Presidium do Partido em Moscou devido à urgente necessidade de melhorar os métodos agrícolas soviéticos em face da crescente falta de alimentos.

## C — O PADRÃO DE VIDA DO POVO SOVIÉTICO

### 1 — O conforto do povo

De que forma a enorme industrialização da Rússia tem afetado o povo soviético? Ao responder a essa pergunta, tem-se que considerar que grande parte das rendas nacionais é empregada em armamentos de guerra, na manutenção dos órgãos governamentais e na expansão dos meios de produção; em consequência, apenas uma pequena parcela é empregada em artigos de consumo, tendo em vista o conforto do povo russo. Isto faz com que o padrão de vida do povo seja surpreendentemente baixo. A qualidade e a quantidade dos alimentos, roupas, sapatos, etc. não são compatíveis com o vultoso aumento da produção nacional.

Há inúmeras explicações para esse baixo padrão de vida do povo russo nos últimos quarenta anos. Uma delas é a situação da Rússia na época da revolução bolchevista, mas há muitas outras razões que expli-



cam a continuação desse estado de coisas, mesmo com a gigantesca industrialização realizada pelo regime soviético.

— Desde 1917, o Governo soviético tem mantido forças armadas pelo menos duas vezes superiores às do tempo dos Czares. O Governo de Moscou, através do Exército soviético e de agentes comunistas, infiltrou-se em vários países da Europa Oriental e conseguiu colocá-los sob o controle comunista. Esses “avanços” fez com que as nações ocidentais aumentassem os seus exércitos e se unissem em alianças defensivas tais como a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) e a Organização do Tratado da Ásia Sudeste (OTASE). A Rússia, por seu lado, aumentou ainda mais o seu poderio bélico, sobrecarregando dessa forma o povo russo.

— O vultoso número de agentes do governo necessário à administração da produção russa, e, ainda mais, a polícia secreta e o pessoal do Partido Comunista consomem grande parcela das rendas nacionais.

— Desde Lenine, a ditadura soviética tem obrigado o povo russo a grandes sacrifícios a fim de realizar a industrialização do país. Em outras palavras, durante a execução dos Planos Quinquenais, os líderes soviéticos reduziram os artigos de consumo a um mínimo e têm empregado o máximo possível da produção nacional em armamentos e em meios de produção. Há, dessa forma, uma produção mínima de artigos de consumo e uma produção máxima de armas de guerra, novas fábricas, represas, usinas hidrelétricas, canais, ferrovias, ferramentas e maquinaria. A produção anual total da União Soviética, com seus 200 milhões de habitantes, é grosseiramente estimada como sendo da ordem de um terço da produção dos Estados Unidos, país de apenas 170 milhões.

## 2 — O trabalhador e o salário

Os números acima mencionados têm pouco valor, a menos que se compare, também, os salários e os preços vigentes em ambos os países. Em 1956, os chefes soviéticos anunciaram uma nova lei de salário-mínimo a vigorar a partir de 1957. É ainda muito cedo para sentir-se os resultados dessa lei.

Nos últimos anos, a imprensa, controlada pelos comunistas, insiste em informar o povo que os trabalhadores americanos e ingleses são sub-alimentados e vivem na miséria. Os fatos desmentem essa propaganda falsa, uma vez que os salários dos trabalhadores americanos são muito superiores aos dos russos. Por exemplo: um trabalhador em Moscou tem que trabalhar duas vezes mais do que um de Nova York para poder comprar um quilo de pão; para a carne a relação é de cinco para um e para o chá, que é tão importante para os russos como o café o é para os brasileiros, a proporção é de vinte para um. Um homem na Rússia tem de trabalhar dezesseis vezes mais do que um ocidental para poder adquirir um novo terno.

Todo governo que estabelece um plano de centralização da indústria, agricultura, comércio e trabalho tem também de fixar preços e salários.

Na Rússia comunista, o governo central decide por toda a nação não apenas quanto ao preço das matérias-primas, mas também sobre o preço de todos os artigos produzidos nas fábricas, fazendas e lojas. É ainda o Governo de Moscou quem decide sobre os salários dos trabalhadores. Num esforço visando possibilitar ao trabalhador condições de vida dentro do seu salário, a ditadura comunista freqüentemente altera o preço e a qualidade dos artigos de vestuários que são vendidos nas lojas do governo. Nos períodos de escassez, mesmo em tempo de paz, o Governo lança mão do racionamento a fim de limitar o consumo de alimentos e de roupas.

## COMENTÁRIOS

Muitas das liberdades que o povo russo desfrutava na época dos Czares foram abolidas com o advento da revolução bolchevista. Outras desapareceram quando o Partido Comunista consolidou sua posição. E ainda outras deixaram de existir pela necessidade de fazer com que toda a nação obedecesse ao "planejamento econômico" de seus ditadores.

A série de planos quinquenais é apenas possível num "estado policiado"; assim sendo, a polícia soviética, com um efetivo de 2.500.000 homens, subordinada ao MVD e ao Comitê de Segurança do Estado, tem duas responsabilidades principais:

- 1º) Suprimir quaisquer atentados contra o Governo;
- 2º) Compelir todos os trabalhadores e camponeses a obedecer.

A fim de criar um estado mental na população que a induza a fazer o que se deseja, faz-se necessário controlar seu pensamento através da propaganda. Essa propaganda é que faz com que operários e camponeses aceitem a rígida disciplina dos Planos Quinquenais. O monopólio do poder político pelo Partido Comunista é também uma necessidade para o controle da nação pelos "planejadores econômicos".

Qualquer pessoa que desejasse tornar-se um homem de negócios, um engenheiro ou um fazendeiro independente, na Rússia Soviética, teria uma decepção, pois é absolutamente impossível o planejamento individual de atividades econômicas. Esse planejamento é feito pelo Partido Comunista e qualquer pessoa dentre os 200 milhões de habitantes da URSS, é obrigada a cumpri-lo. As metas são estabelecidas cada cinco anos. O padrão de vida é estabelecido pelo Governo a quem compete também a orientação do povo com respeito a trabalho, pagamento, etc. A liberdade de escolha individual de um modo de vida não existe e o fracasso no trabalho é passível de punição.

Em síntese, os Planos Quinquenais da Rússia soviética aumentaram consideravelmente a produção industrial, mas isso custou ao povo a perda de sua liberdade. O planejamento econômico de toda uma nação durante um longo período de tempo, acarreta a perda de muitas das liberdades existentes nos países em que há livre iniciativa e capitalismo democrático.

## II — BRASÍLIA E A REVOLUÇÃO FRANCESA

*O General Pedro Geraldo de Almeida, comandante do Colégio Militar do Rio de Janeiro enviou à "A Defesa Nacional" o presente trabalho de autoria de alunos do referido colégio.*

*Agradecemos ao ilustre General a lembrança e nos aprestamos a publicar o interessante estudo escrito pelos alunos:*

821 — (Chefe) — Lauro Edson C. Gomes

854 — Wilson José P. Cerqueira

2109 — L. de Andrade Neves Neto

2343 — Luiz Alberto Barreto Leite Sanz

2460 — Roberto Wanderley Guarino

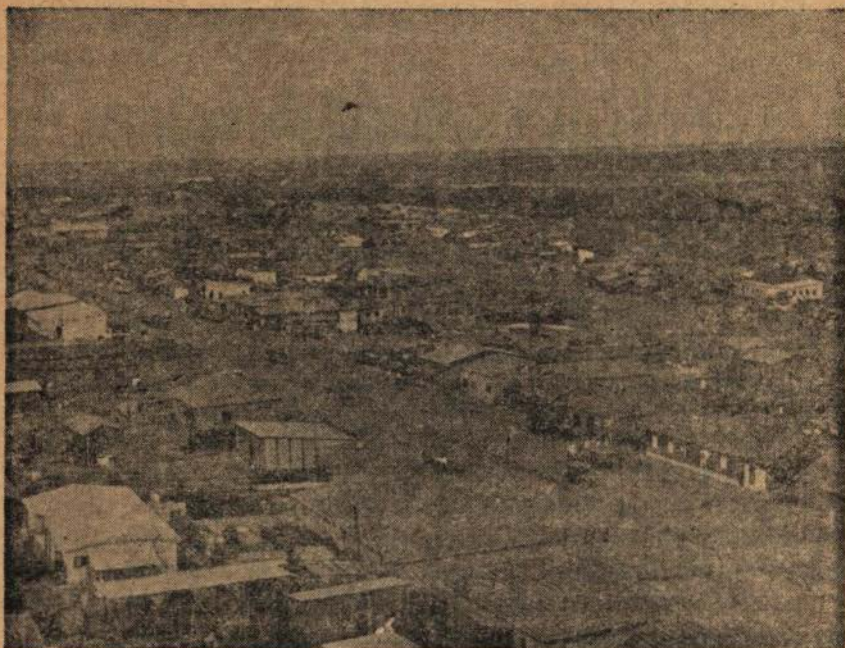
No Século XVII a monarquia francesa sobrepujava a tôdas outras realzas da Europa na prática do Absolutismo. A teoria do Direito Divino que amparava os atos dos Reis Franceses era praticado na plena acepção do princípio. O Rei era tudo, o povo e o país que governava, era nada ou quase nada.

Podia-se, por volta de 1770, estabelecer distintamente três classes sociais: a nobreza, o clero, e o chamado terceiro estado.

A classe da nobreza era o resquício dos senhores feudais, que não podendo na época manterem-se em seus feudos, acorriam à Capital para viverem às expensas do Rei. Era uma classe quase totalmente inútil, que se dedicava às artes, à caça, ou a belas reuniões, banquetes e bailes que se realizavam nos colossais palácios edificados à custa dos altos impostos, a que o povo estava obrigado.

O Clero, ao lado de suas funções religiosas (que por sinal não eram muito bem cumpridas), dedicava-se, como classe erudita e culta, ao ensino, à ciência e principalmente à política.

O terceiro estado reunia a massa popular expressiva e representativa da França. A maioria esmagadora dos franceses pertencia ao terceiro estado, a êste, pertenciam também os burgueses, classe que dominava a grande arena do crédito, classe que possuía as maiores somas de dinheiro sonante (oriundo das suas especulações na indústria, comércio, agricultura, casas bancárias, etc.), classe que manobrava ao seu bel prazer com os nobres e até com o próprio Rei (pois



OS PIONEIROS DO NÚCLEO BANDEIRANTE

êstes se achavam presos aos burgueses por dívidas contraídas). Pertenciam ao terceiro estado todos os homens que realmente movimentam uma nação: os operários, os camponeses, os funcionários públicos, etc.

Nos últimos 30 anos do Século XVIII era êste o panorama cultural, social, político e econômico. A insatisfação grassava no terceiro estado, na classe social predominante em número, logo na classe que dita a história de seu país. Não só a insatisfação com a forma de governo reinante, que não atingia o seu fim (o fim de dar prosperidade, conforto, segurança aos governados), mas também repulsa às concepções filosóficas de vida, justiça, sociedade, que existiam naquela época.

Podemos dizer serem êstes os agentes provocadores de uma idéia de mudança, de substituição na forma de vida que levavam os franceses daquela época. Podemos citar como agentes incitadores da mudança, da substituição, da revolução que eclodiria diversos fatores, gostaria de fazer uma comparação entre a concepção de guerra e de

revolução, que envolve nações, alianças, indústrias, exércitos: revolução é um processo da civilização que implica em ideologias, doutrinas políticas e filosofias de vida. Esta distinção é muito importante, porque explica como dois partidos podem estar do mesmo lado em uma guerra e em campos opostos em uma revolução (patriotismo).

O movimento francês foi essencialmente uma revolução. Teve por fim a implantação de novas normas políticas, novos métodos econômicos, novas concepções sociais.

Estudemos os fatores que de perto tocaram os espíritos, fazendo com que a revolução explodisse — As idéias lançadas, propagadas por meio de livros, folhetos, jornais ou em discursos em praça pública, de Diderot, Montesquieu, Voltaire, Rousseau, influenciaram muitíssimo a classe estudantil, classe esta que por sua condição de jovem no espírito, impulsiva por temperamento, irreverente por princípio, levou



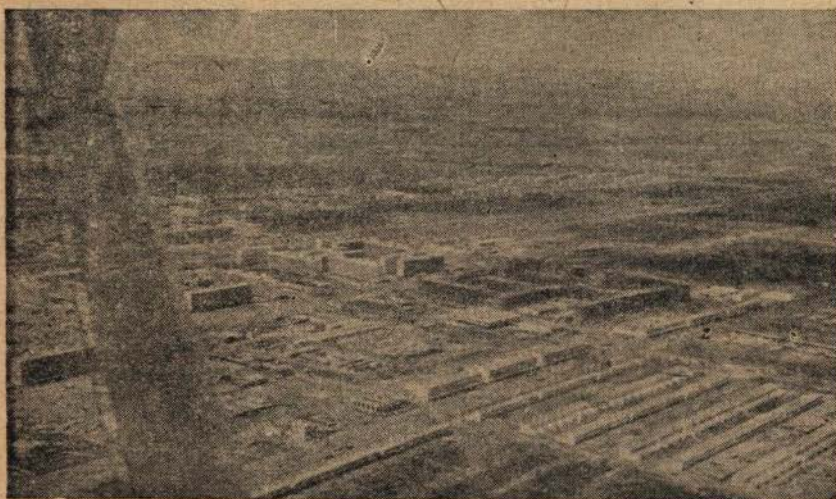
FOTO AÉREA DA CURVA DO EIXO RODOVIÁRIO

de derrota em derrota, a todos os esforços conservadores da classe dominante. O próprio povo possuía em seu seio, elementos que liam, ouviam e se interessavam pelas idéias lançadas por êstes pioneiros da democracia e pouco a pouco a massa se entusiasmava com as idéias de liberdade, igualdade e fraternidade. A tudo isso somou-se a imposição de uma rainha estrangeira (Maria Antonieta), a revolução americana vencedora, as injustiças políticas e as últimas manobras econômicas. Foram as causas que, de perto, tocaram os franceses e que

provocou em junho de 1779 a queda da Bastilha e o início da Revolução Francesa.

Esta se desenvolveu em períodos marcantes, motivados pelas exigências de um povo insatisfeito, indisciplinado, por um povo que acompanha a qualquer bom orador. Estes fatos explicam a existência no movimento francês, de períodos como: o terror (a afirmação revolucionária), o diretório e o consulado (a organização de um país convulsionado), o império (a expansão das idéias econômicas, políticas e sociais da revolução).

As idéias da revolução francesa espalharam-se rapidamente pela Europa; influenciaram profundamente os estudantes do novo mundo que lá estavam, fazendo com que, ao voltarem para a América, lançassem por meio de livros o germe da rebelião contra o colonialismo, que plantassem a semente da liberdade em toda sociedade diferenciada, e portanto merecedora de ser uma nação. A revolução francesa não se limitou somente ao território francês, porque os princípios por ela enunciados são universais; os direitos do homem por ela promulgados são os mesmos para todos os homens; a derrocada do absolutismo e a sua substituição por um governo do povo, pelo povo e para o povo é aspiração de todos os países oprimidos, é a meta de todos os homens escravizados. A descentralização de um governo de um só homem, para o governo de muitos homens com o mesmo fim, permitiu um maior concurso de capacidades na resolução dos problemas nacionais.



PERDIDA NO MEIO DO PLANALTO...

Estas foram as causas e as conseqüências da revolução francesa, que se desenrolou de 1779 a 1814 (pois Napoleão foi o continuador de Dalton, Robespierre).

Deixemos o velho mundo, aportemos no novo mundo e paremos no Brasil.<sup>2</sup>

O Panorama a ser estudado é vasto, a região é imensa, os problemas de toda espécie são formidáveis.

A história da terra brasileira começa com as viagens dos navegadores portugueses. Aqui chegaram no Século XV, estabeleceram-se, e seus descendentes, mesclados com imigrantes italianos, alemães, assim como negros e índios formaram uma sociedade nova, uma civilização diferente. Esta é a origem do Brasil e do povo que o habita; descendentes de latinos possuem temperamento irrequieto, espírito aventureiro, discursivo, e uma capacidade extraordinária de adaptar-se ao solo e de ambientar-se a uma região.

O novo país possui um grande litoral; em nossas costas ou em lugares próximos a ela estavam localizadas as principais mercadorias que os portugueses vinham procurar. A população, por esta razão, fixou-se na costa e o interior, o grande, o imenso, o portentoso interior brasileiro, ficou abandonado.

A riqueza produzida pelo café, pelo ouro, pela cana de açúcar fixou os maiores centros culturais, econômicos, artísticos e políticos, no Rio de Janeiro, em Recife e em São Paulo e Salvador. Estes foram os principais centros brasileiros até o começo deste século.

O Governo (primeiro em forma colonial, depois império e por fim república), foi geralmente gerido por pessoas provenientes do eixo Minas Gerais, São Paulo, Estado do Rio. Nos demais estados, no interior do Brasil as populações viviam e ainda vivem (em sua maioria) quase que num regime feudal e bastante incultos. O sistema de comunicações se achava e se acha distribuído quase que exclusivamente na região litorânea. Há um êxodo das populações mais para o Atlântico. Criou-se no Rio de Janeiro, uma espécie de monopólio governamental, burocrático e cultural, onde uns poucos privilegiados regiam o governo e dêle tiravam proveito. Tudo isso se previa e se percebia no século passado, quando se planejou a mudança da capital para Brasília.

Percebem-se as relações existentes entre as causas da revolução francesa com as causas da mudança de nossa capital federal — A nossa

“classe governamental”, esta classe de homens que se revezam nos postos-chaves do governo, se parece com a nobreza francesa dos fins do século XVIII; e alguns dos nossos governantes governam premidos por grandes interesses econômicos (nacionais e estrangeiros), e estes interesses se parecem com a força econômica dos burgueses da época da revolução de 1779; as populações vindas do interior, mal instaladas, mal amparadas social e economicamente, se parecem com o povo descontente que vivia nos arredores de Paris e das grandes cidades francesas nos tempos que antecederam o movimento francês.

Por fim a capital federal transferiu-se para Brasília. Não discutimos como, de que maneira a mudança foi feita; examinamos as consequências dêsse ato.

Lá no interior do Brasil, uma cidade nova levantou-se como símbolo de pioneirismo, como um marco que promete progresso, como uma bandeira que acena melhores dias para o Brasil.

Brasília é uma autêntica revolução, pois, sua ação se move no plano de ideologia, seus efeitos decorrerão da aceitação por todos os brasileiros (por mais contraditórias que sejam suas opiniões), de que algo foi feito para um Brasil melhor.

Como a revolução francesa, Brasília descentralizou o nosso governo, fazendo com que lá no planalto central, a capital esteja mais perto de todos os Estados e ao mesmo tempo longe dos grandes centros. Como uma cidade funcional, os habitantes de Brasília dedicar-se-ão somente ao trabalho de gerir, de governar a nação sem que outras coisas venham distrair sua atenção. Espera-se que, como capital do país, leve para o interior vias de comunicação, que prendam à terra os habitantes rurais, que possam todos os brasileiros participar do governo.

Projeta-se Brasília internacionalmente, fazendo propaganda do Brasil por sua coragem, por seu pioneirismo e chama a atenção do mundo para um país, cuja diplomacia começou a levantar-se para defender as regiões subdesenvolvidas do globo.

“A revolução de Brasília” tem seus erros, passará por fases agudas, estremecerá sob os mais variados impactos, mas resistirá e alcançará seu fim. Brasília é a esperança de governos melhores, é a esperança de que toda terra brasileira seja povoada por brasileiros, é a esperança de dias melhores para nós. Brasília encerra idéias, idéias que gerarão atos, atos que elevarão ainda mais o nome do Brasil.



## POLÍTICA CANAVIEIRA DE LARGO ALCANCE BEM EXECUTADA PELO I.A.A.

A volta do Brasil ao mercado internacional do açúcar representa uma vitória assinalada da atual política canavieira, vigente desde os primeiros anos da década dos trinta. A possibilidade de podermos colocar no exterior cerca de 800.000 toneladas de açúcar, a quanto devem montar no mercado no corrente ano as nossas exportações, sem que isso signifique qualquer restrição ao consumo interno, diz bem alto da capacidade de produção do país e da pujança da agro-indústria da cana de açúcar.

Cabe destacar que a produção de açúcar de usina dobrou em apenas um decênio, passando de 1.390.800 toneladas em 1949 para 3.003.600 toneladas em 1958. O crescimento de 116% decorreu não só do aumento do consumo interno que no período se elevou de 1.317.720 toneladas para 2.254.200 toneladas mas igualmente, das novas possibilidades abertas com as vendas brasileiras nos mercados externos.

Para chegar a um resultado tão expressivo foi necessário, como é natural, melhorar as entregas de matéria-prima às usinas. Isso quer dizer que a lavoura canavieira foi chamada, no decênio em questão, a realizar um esforço sem precedentes nos seus quatro séculos de atividade. Os lavradores tiveram não apenas de ampliar as áreas canavieiras como também de melhorar as lavouras, visando obter maior produtividade agrícola e a cultivar variedades de rendimento em açúcar mais elevado.

Neste esforço a participação do Instituto do Açúcar e do Alcool, a autarquia criada em 1953 para comandar a economia canavieira, foi decisiva. O IAA amparou os lavradores em seus esforços propiciando-lhes o amparo técnico e financeiro sem o qual os planos de expansão da agricultura da cana de açúcar não teriam tido o êxito verificado.

Digno de referência especial é o trabalho destinado a criar no país variedades de cana de elevado rendimento. Os "campos de cooperação" criados pelo IAA em mais de dez Estados da Federação começam a apresentar resultados animadores. Mais de 300 desses campos realizam uma tarefa das mais promissoras, sendo numerosos aqueles nos quais já se obtém rendimento superior a 100 toneladas de casa por hectares.

Outros objetivos visados pelos técnicos da autarquia é a obtenção de variedades resistentes às pragas, com o que se reduzirá um dos fatores mais negativos no resultado final da lavoura.

De 1957 a 1959 foram realizados numerosos experimentos de competição para indicar, em cada Estado, as variedades de maior rendimento e resistência. Os resultados obtidos permitiram apontar variedades de alto interesse para as lavouras regionais, cuja disseminação deverá representar um progresso sensível na agricultura brasileira. Pernambuco recebeu, em 1959, nada menos de 120 toneladas de novas variedades de cana destinadas a substituir outras cujo rendimento se revelara antieconômico. Outros Estados com Bahia, Sergipe, Alagoas e Paraíba foram beneficiados por essa política, que tende a modificar, fundamentalmente, a fisionomia da lavoura canavieira no país.

No ano corrente o IAA organizou mais 120 campos de cooperação com a finalidade de assistir os plantadores com adubos, inseticidas, fungicidas, variedades de canas mais promissoras, melhor preparo do terreno, combate às pragas e doenças e orientação técnica permanente a cargo dos agrônomos canavieiros nêles lotados. O emprêgo de fungicidas e inseticida contra as podridões e as pragas do rebôlo, na ocasião do plantio, representa uma das formas mais positivas de auxílio do IAA aos lavradores.

O esforço da autarquia canavieira para amparar os produtores de cana de açúcar não se limita, porém, ao aspecto técnico. Também nos aspectos financeiros a ajuda oferecida se reveste da maior significação, pois permite a continuidade das tarefas agrícolas, sem o risco das interrupções decorrentes de dificuldades sobrevindas na liquidação das safras. Os empréstimos de entressafra assegurados aos plantadores, através as cooperativas são os mais baratos do Brasil e, também, os mais regulares. Da mesma forma são particularmente proveitosos os auxílios destinados a permitir a racionalização das tarefas agrícolas, mediante a aplicação das modernas práticas de adubação, irrigação, mecanização, combate às doenças e pragas, etc.

Compreende-se, pois, que os resultados obtidos sejam de tal forma animadores, permitindo, em dez anos, dobrar a produção de açúcar e, também, a de álcool, que no período, apresentou uma melhoria da ordem de 179%. Os fatos, portanto, comprovam o acerto da política canavieira vigente no país e a segurança da sua aplicação pelo IAA.